RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 20/02/2026 | aceito: 22/02/2026 | publicação: 24/02/2026

Comunidades Quilombolas do Vale do São Francisco: Análise de Políticas, Diagnóstico Territorial e Agenda de Ação

Quilombola Communities of the São Francisco Valley: Policy Analysis, Territorial Diagnosis, and Action Agenda

Pedro Paulo da Cunha - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido - Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina, PE. Brasil. E-mail: pedro.paulo@discente.univasf.edu.br

Paulo Roberto Ramos - Doutor, Docente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido. Pós-doutorando do PPGEcoH/UNEB. Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina, PE. Brasil. E-mail: paulo.ramos@univasf.edu.br

Rodrigo Almeida Ferreira - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido - Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina, PE. Brasil. E-mail: rodrigo.almeida@discente.univasf.edu.br

Resumo

A efetivação dos direitos territoriais quilombolas no Brasil, embora amparada por um arcabouço jurídico robusto, permanece marcada por lentidão, fragmentação institucional e assimetrias de poder, especialmente em regiões sob forte pressão agroindustrial, como o Vale do São Francisco. Este artigo, com base em uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, analisa as políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas da região, com foco na regularização fundiária, educação escolar quilombola, saúde, inclusão produtiva e governança territorial. A partir da literatura especializada, de instrumentos legais e de documentos institucionais, desenvolve um diagnóstico sintético das principais barreiras à efetivação dos direitos, destacando a insegurança fundiária, a frágil coordenação intersetorial, a provisão insuficiente de serviços públicos diferenciados e os mecanismos participativos frágeis. Com base nesse diagnóstico, o artigo propõe um quadro de governança fundamentado na interdependência entre direitos territoriais, políticas setoriais e inclusão produtiva, no protagonismo quilombola e no papel da universidade — particularmente a UNIVASF — como polo regional de conhecimento e mediação. Esse quadro se desdobra em uma matriz de políticas, especificando objetivos, ações, atores e indicadores, e em um roteiro de implementação de curto, médio e longo prazo. O artigo conclui que alinhar os processos de titulação, os serviços públicos e as estratégias de desenvolvimento comunitário é condição necessária para construir uma agenda de desenvolvimento territorial justo no Vale do São Francisco, colocando as comunidades quilombolas no centro do planejamento regional.

Palavras-chave: quilombos; políticas públicas; governança territorial; justiça socioambiental; conflito fundiário; Vale do São Francisco.

Abstract

The enforcement of quilombola territorial rights in Brazil, although supported by a robust legal framework, remains marked by slowness, institutional fragmentation and power asymmetries, especially in regions under strong agro-industrial pressure such as the São Francisco Valley. This article, based on a qualitative, bibliographic and documentary approach, analyzes public policies directed at quilombola communities in the region, focusing on land regularization, quilombola schooling, health, productive inclusion and territorial governance. Drawing on specialized literature, legal instruments and institutional documents, it develops a synthetic diagnosis of the main barriers to the realization of rights, highlighting land insecurity, weak intersectoral coordination, insufficient provision of differentiated public services and fragile participatory mechanisms. Building on this diagnosis, the paper proposes a governance framework grounded in the interdependence between territorial rights, sectoral policies and productive inclusion, in quilombola protagonism, and in the role of the university – particularly UNIVASF – as a regional hub of knowledge and mediation. This

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 20/02/2026 | aceito: 22/02/2026 | publicação: 24/02/2026

framework is unfolded into a policy matrix, specifying objectives, actions, stakeholders and indicators, and into an implementation roadmap in the short, medium and long term. The article concludes that aligning titling processes, public services and community-based development strategies is a necessary condition to build a just territorial development agenda in the São Francisco Valley, placing quilombola communities at the center of regional planning.

Keywords: quilombola communities; public policy; territorial governance; territorial justice; semiarid region; São Francisco Valley.

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas localizadas no Vale do São Francisco compõem um conjunto diverso de experiências socioculturais ancoradas em vínculos históricos, práticas tradicionais e modos próprios de organização coletiva. Inseridas em um território marcado por intensas transformações socioeconômicas, essas comunidades enfrentam desafios complexos que envolvem desde a garantia de seus direitos territoriais até o acesso a políticas públicas capazes de promover desenvolvimento social, segurança alimentar, autonomia econômica e justiça socioambiental.

A região, caracterizada pela presença de grandes projetos agroindustriais, pela crescente urbanização e pela reorganização produtiva em torno da fruticultura irrigada, torna-se um espaço de disputas permanentes, no qual populações tradicionais buscam afirmar sua presença e assegurar condições dignas de existência.

A análise das comunidades quilombolas nessa região demanda um olhar atento às interações entre território, identidade e políticas públicas. O Vale do São Francisco concentra dinâmicas que ora ampliam desigualdades, ora abrem oportunidades de afirmação sociopolítica. As mudanças no uso da terra, a pressão por água, a expansão de empreendimentos agrícolas e as disputas fundiárias configuram um cenário no qual a permanência das comunidades quilombolas depende de sua capacidade de mobilização, articulação institucional e resistência histórica. Esses elementos tornam o território não apenas um espaço geográfico, mas também uma construção social orientada por memórias, ancestralidades e práticas coletivas que moldam a vida comunitária e conferem sentido às lutas contemporâneas.

Nesse contexto, compreender a realidade quilombola no Vale do São Francisco exige abordar a forma como os grupos organizam suas estratégias de reprodução material e simbólica frente às transformações estruturais da região. A produção de alimentos, o manejo tradicional dos recursos naturais, a transmissão de saberes entre gerações e a governança local constituem dimensões essenciais para interpretar a permanência dessas comunidades. Ao mesmo tempo, a atuação estatal por meio de políticas públicas direcionadas, sobretudo as que envolvem segurança alimentar, fortalecimento da agricultura familiar, regularização territorial e inclusão social, desempenha papel decisivo na garantia de direitos e na redução das desigualdades que historicamente afetam essas

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 20/02/2026 | aceito: 22/02/2026 | publicação: 24/02/2026
populações.

Entretanto, mesmo diante de avanços pontuais, muitas políticas sofrem descontinuidade, dificuldades de implementação e limitações institucionais que impedem que seus efeitos se consolidem em mudanças estruturais. A realidade observada demonstra a coexistência de iniciativas relevantes com lacunas persistentes, especialmente no que diz respeito ao acesso equitativo aos programas governamentais e à efetividade das ações voltadas à proteção territorial e ao desenvolvimento sustentável. Essa combinação de avanços e entraves reflete a complexidade das relações entre Estado, território e povos tradicionais no semiárido brasileiro, evidenciando a necessidade de abordagens mais integradas e sensíveis às especificidades socioculturais dos quilombos.

Assim, este artigo se propõe a desenvolver uma análise aprofundada sobre as comunidades quilombolas do Vale do São Francisco, contemplando três eixos centrais: diagnóstico territorial, governança comunitária e políticas públicas. A partir desse recorte, busca-se compreender como fatores históricos e estruturais influenciam as trajetórias coletivas, a organização social e as perspectivas de desenvolvimento local. O estudo ressalta que essas comunidades não representam vestígios estáticos do passado, mas expressões vivas de resistência, adaptação e criatividade política, cuja atuação redefine continuamente as relações territoriais e a maneira como o Estado e a sociedade percebem os povos tradicionais.

Ao evidenciar a relevância dessas comunidades e os desafios que enfrentam, o artigo contribui para ampliar o debate sobre justiça socioambiental, soberania territorial e inclusão de grupos historicamente marginalizados nas políticas de desenvolvimento regional. A análise proposta busca fortalecer a compreensão de que o futuro do Vale do São Francisco passa necessariamente pelo reconhecimento, valorização e proteção dos quilombos que compõem sua história, sua diversidade e sua dinâmica social. Trata-se, portanto, de um estudo que articula memória, território e ação política para compreender a permanência quilombola e apontar caminhos possíveis para a construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As comunidades quilombolas do Vale do São Francisco constituem importantes espaços de resistência histórica, organização comunitária e construção indenitária no semiárido brasileiro. Seus territórios são formados por laços ancestrais, práticas tradicionais e modos próprios de convivência que atravessam gerações, compondo uma relação profunda entre memória, território e vida coletiva.

A região passou, nas últimas décadas, por transformações significativas decorrentes do avanço da agricultura irrigada e da expansão do agronegócio. Esses processos modificaram

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 20/02/2026 | aceito: 22/02/2026 | publicação: 24/02/2026

profundamente o uso da terra, o acesso à água e as dinâmicas socioeconômicas locais, introduzindo novas pressões sobre os territórios tradicionalmente ocupados. Em muitos casos, tais mudanças geraram tensões que afetam diretamente a autonomia das comunidades e a continuidade de suas práticas socioculturais.

A disputa por recursos naturais, especialmente a água, revela desigualdades persistentes na forma como diferentes grupos sociais se relacionam com o território. Enquanto grandes empreendimentos recebem prioridade na alocação hídrica, comunidades tradicionais frequentemente enfrentam limitações no acesso a esse bem essencial. (Pourre, 2026). Esse cenário torna-se ainda mais complexo diante da falta de regularização fundiária, que impede a efetivação plena de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas.

Nesse contexto, destaca-se a importância da participação social na defesa dos territórios. Conforme observa Santos (2018, p. 102), *"a participação só se concretiza quando acompanhada de mecanismos que assegurem voz ativa às populações historicamente silenciadas"*. Essa reflexão reforça a necessidade de fortalecer espaços de governança que permitam às comunidades ampliar sua capacidade de diálogo, reivindicação e incidência política.

Assim, o presente artigo propõe uma análise integrada sobre o território quilombola no Vale do São Francisco, examinando as condições socioambientais, as políticas públicas existentes e os mecanismos de governança, com o objetivo de compreender os desafios estruturais e indicar caminhos para um desenvolvimento territorial mais justo e inclusivo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo baseia-se na abordagem qualitativa, escolhida por sua capacidade de interpretar fenômenos sociais em profundidade e de captar sentidos, valores e práticas presentes no cotidiano das comunidades quilombolas do Vale do São Francisco. Como afirma Minayo (2014, p. 57), "a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, das emoções e das percepções que constituem as relações humanas".

O percurso metodológico foi estruturado em quatro eixos: revisão bibliográfica, análise documental, levantamento institucional e observação territorial. A revisão bibliográfica contemplou estudos sobre quilombos contemporâneos, território, desenvolvimento e governança, permitindo relacionar elementos históricos, políticos e socioambientais. Gomes (2017, p. 101) reforça que "os estudos sobre comunidades tradicionais demandam constante diálogo entre teoria e contexto".

A análise documental incluiu relatórios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria (INCRA), dados do Insituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), normativas públicas, documentos de conselhos e registros produzidos pelas próprias comunidades quilombolas.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 20/02/2026 | aceito: 22/02/2026 | publicação: 24/02/2026

Esse procedimento permitiu mapear avanços e limitações nas políticas públicas e nos processos de reconhecimento. Minayo (2014, p. 63) destaca que "a análise documental permite ao pesquisador revelar contradições, omissões e tensões presentes na materialidade das políticas".

O levantamento institucional buscou compreender os programas e ações governamentais voltados aos quilombolas, especialmente nas áreas de segurança alimentar, educação, assistência social e regularização fundiária. Essa leitura evidenciou a fragmentação das políticas e sua distância das necessidades reais do território. Santos (2018, p. 102) ressalta que "a política pública só se realiza quando alcança o território e dialoga com os sujeitos diretamente afetados".

A observação territorial possibilitou compreender práticas comunitárias, condições ambientais, organização interna e desafios do cotidiano quilombola. Foram observados usos da terra, situações de acesso à água, espaços comunitários e formas de sociabilidade. Para Gomes (2017, p. 115), "o território deve ser compreendido a partir de quem o vive, pois cada comunidade produz sentidos próprios".

A articulação dessas estratégias garantiu uma leitura integrada do território quilombola no Vale do São Francisco, permitindo compreender conflitos, potencialidades e limites das políticas públicas. Essa abordagem qualitativa, ao articular rigor técnico e sensibilidade social, revela processos invisíveis às metodologias quantitativas e oferece subsídios para a construção de estratégias de desenvolvimento territorial justo.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Diagnóstico Territorial

O diagnóstico territorial das comunidades quilombolas do Vale do São Francisco evidencia um conjunto de desafios estruturais relacionados à insegurança hídrica, falta de infraestrutura, pressões do agronegócio e atrasos na regularização fundiária. Observa-se que muitas comunidades enfrentam limitações de acesso à água, dependência de poços ou carros-pipa e vulnerabilidade ambiental ligada ao uso intensivo de recursos naturais por grandes empreendimentos.

O avanço da agricultura irrigada altera os fluxos hídricos, reduz disponibilidade de água e modifica a paisagem regional, afetando diretamente práticas produtivas tradicionais. A situação fundiária representa um dos eixos mais críticos, com processos de titulação lentos e marcados por conflitos territoriais. Conforme aponta Almeida (2019, p. 133), "a territorialidade das comunidades tradicionais é constantemente ameaçada por modelos econômicos que desconsideram sua relação histórica com a terra".

A compreensão dos territórios quilombolas do Vale do São Francisco exige considerar que

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 20/02/2026 | aceito: 22/02/2026 | publicação: 24/02/2026

tais espaços não são apenas áreas físicas, mas processos históricos de territorialização construídos por meio de estratégias coletivas de resistência e reprodução social. Conforme demonstra Santos (2020) e Arruti (2006), a formação quilombola resulta de trajetórias de mobilidade, alianças intercomunitárias e reconfigurações territoriais contínuas, que desafiam leituras fixistas sobre identidade e território. Nessa perspectiva, Leite (2010) ressalta que os territórios quilombolas constituem espaços de produção de sociabilidades e direitos, cuja fragilidade jurídica amplia a vulnerabilidade frente à expansão de projetos agroindustriais.

No Vale do São Francisco, essa vulnerabilidade territorial é agravada por processos de territorialização seletiva associados ao agronegócio irrigado, que reorganizam o uso da terra e da água e intensificam conflitos socioambientais (Castro, 2018; Carneiro & Matos, 2021). Tais conflitos revelam a coexistência de modelos produtivos incompatíveis, nos quais comunidades tradicionais enfrentam desigualdades estruturais de acesso a recursos naturais e políticas públicas.

A formação quilombola resulta de trajetórias de mobilidade, alianças intercomunitárias e reconfigurações territoriais contínuas, que desafiam leituras fixistas sobre identidade e território (Pourre, 2026). Nessa perspectiva, Leite (2010) ressalta que os territórios quilombolas constituem espaços de produção de sociabilidades e direitos, cuja fragilidade jurídica amplia a vulnerabilidade frente à expansão de projetos agroindustriais.

No Vale do São Francisco, essa vulnerabilidade territorial é agravada por processos de territorialização seletiva associados ao agronegócio irrigado, que reorganizam o uso da terra e da água e intensificam conflitos socioambientais (Castro, 2018; Carneiro & Matos, 2021). Tais conflitos revelam a coexistência de modelos produtivos incompatíveis, nos quais comunidades tradicionais enfrentam desigualdades estruturais de acesso a recursos naturais e políticas públicas.

Dados institucionais recentes reforçam a dimensão estrutural desses desafios. Segundo o IBGE (2022) e o INCRA (2023), o número de comunidades certificadas cresce mais rapidamente que os processos de titulação definitiva, evidenciando uma lacuna entre reconhecimento jurídico e efetivação territorial. No semiárido, essa lacuna se soma à vulnerabilidade hídrica estrutural, caracterizada por desigualdade no acesso à água, dependência de fontes precárias e impactos climáticos crescentes (Costa & Barbosa, 2023).

Nesse contexto, a insegurança territorial não se limita à posse da terra, mas envolve acesso a água, mercados, políticas públicas e reconhecimento cultural, configurando um quadro de injustiça socioambiental sistêmica (Freitas, 2021).

Assim, o diagnóstico territorial revela desigualdades profundas que exigem políticas públicas estruturantes e ações que garantam segurança territorial, autonomia produtiva e proteção ambiental.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 20/02/2026 | aceito: 22/02/2026 | publicação: 24/02/2026
Políticas Públicas

As políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas do Vale do São Francisco abrangem áreas como segurança alimentar, assistência social, educação, saúde e desenvolvimento rural. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e políticas de inclusão produtiva são fundamentais, mas sofrem descontinuidade, falhas de execução e baixa articulação institucional. Muitas comunidades relatam dificuldades no acesso a mercados institucionais, carência de assistência técnica e fragilidade nos mecanismos de acompanhamento das ações governamentais.

A literatura sobre políticas quilombolas aponta que a fragmentação institucional decorre da ausência de coordenação intersetorial e de mecanismos territoriais integrados. Santos (2020) demonstra que políticas voltadas a comunidades quilombolas frequentemente operam de forma setorializada, sem articulação entre educação, saúde, produção e regularização fundiária. Essa dinâmica limita impactos estruturais e reproduz desigualdades históricas.

No semiárido, Pereira e Silva (2019) mostram que a agricultura familiar quilombola possui elevado potencial produtivo, especialmente em sistemas agroecológicos adaptados à caatinga, mas depende de assistência técnica contínua, crédito adequado e acesso a mercados institucionais. A descontinuidade de programas como PAA e PNAE compromete a sustentabilidade dessas iniciativas.

A ausência de titulação territorial limita o acesso a políticas estruturantes, reduzindo o impacto das iniciativas existentes. Ribeiro (2014, p. 57) afirma que “a fragmentação das ações governamentais cria políticas incompletas, incapazes de transformar realidades complexas”. Assim, apesar de avanços pontuais, as políticas públicas ainda não atendem plenamente às necessidades das comunidades quilombolas, exigindo maior continuidade, integração intersetorial e adaptação às especificidades territoriais.

Governança Territorial

A governança territorial nas comunidades quilombolas do Vale do São Francisco envolve articulação entre associações comunitárias, conselhos locais, fóruns territoriais e órgãos governamentais. Esses espaços permitem participação política, defesa dos territórios e formulação de demandas coletivas. Entretanto, a governança enfrenta desafios como a falta de integração institucional, limitada oferta de formação para lideranças e assimetrias de poder que dificultam participação efetiva. Associações comunitárias atuam como principal estrutura de organização interna, mas carecem de apoio técnico, financeiro e institucional.

A governança territorial no semiárido demanda arranjos institucionais multiescalares

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 20/02/2026 | aceito: 22/02/2026 | publicação: 24/02/2026

capazes de articular Estado, comunidades e universidades. Furtado (2020) destaca que experiências exitosas de governança regional combinam planejamento participativo, capacitação de lideranças e integração de políticas públicas territoriais. No caso quilombola, Oliveira (2016) ressalta que a territorialização é também um processo político de afirmação identitária, no qual o reconhecimento estatal deve dialogar com as formas próprias de organização comunitária.

A ausência desse diálogo contribui para assimetrias de poder e para a reprodução de práticas tecnocráticas que ignoram saberes locais, contrariando princípios de participação democrática substantiva (Santos, 2018).

Os conselhos municipais nem sempre garantem voz ativa às comunidades, refletindo desigualdades históricas. Como destaca Santos (2018, p. 102), "a participação só se concretiza quando acompanhada de mecanismos que assegurem voz ativa às populações historicamente silenciadas". Assim, fortalecer a governança territorial exige ampliar espaços de diálogo, garantir reconhecimento institucional e assegurar recursos que possibilitem atuação contínua das comunidades.

Agenda de Ação

A construção de uma agenda de ação para o desenvolvimento territorial das comunidades quilombolas do Vale do São Francisco deve se apoiar em três eixos estratégicos: segurança territorial, fortalecimento das economias comunitárias e governança socioambiental. O primeiro eixo exige acelerar a regularização fundiária, garantindo titulação definitiva e proteção contrapressões externas. O segundo eixo visa fortalecer práticas agroecológicas, manejo sustentável da caatinga, produção comunitária e acesso a mercados institucionais.

Estratégias de desenvolvimento territorial para comunidades quilombolas devem considerar a interdependência entre soberania alimentar, proteção ambiental e autonomia econômica. A FAO (2022) destaca que territórios tradicionais apresentam maior diversidade alimentar e resiliência socioecológica quando políticas públicas fortalecem sistemas produtivos locais. No Vale do São Francisco, a expansão do agronegócio irrigado tem produzido impactos socioambientais significativos, incluindo concentração fundiária, pressão hídrica e mudanças nos modos de vida tradicionais (Silva & Gomes, 2022).

Assim, políticas territoriais devem priorizar práticas agroecológicas, certificação participativa, cadeias curtas de comercialização e valorização de produtos tradicionais, fortalecendo economias comunitárias e reduzindo dependência externa.

O terceiro eixo envolve ampliar a participação social, criar programas permanentes de formação para lideranças e articular políticas de saúde, educação, assistência e desenvolvimento rural. Em reflexão pertinente, Gomes (2017, p. 115) afirma: "A construção de estratégias territoriais precisa

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 20/02/2026 | aceito: 22/02/2026 | publicação: 24/02/2026

envolver todos os sujeitos que habitam o território, reconhecendo suas histórias e modos de organização". A agenda de ação, portanto, orienta caminhos para fortalecer autonomia, garantir direitos e promover desenvolvimento justo nos territórios quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas do Vale do São Francisco representam importantes sujeitos coletivos na construção de territorialidades marcadas por resistência, continuidade histórica e afirmação identitária. A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que esses territórios carregam complexidades sociais, políticas e ambientais que precisam ser reconhecidas e enfrentadas por meio de políticas públicas consistentes e governança fortalecida.

O estudo demonstrou que as dinâmicas territoriais da região estão fortemente influenciadas por processos estruturais que extrapolam o cotidiano das comunidades, incluindo a expansão da agricultura irrigada, o uso intensivo de recursos naturais e a persistência de desigualdades históricas que moldam a relação entre Estado e populações tradicionais.

O diagnóstico territorial mostrou que as condições de vida das comunidades quilombolas continuam sendo afetadas pela falta de infraestrutura, pela irregularidade no acesso à água e pelos entraves à regularização fundiária. A análise revelou que muitos desses desafios não se restringem apenas às limitações materiais, mas também a processos políticos que envolvem disputas de poder, ausência de mediação institucional e fragilidades no planejamento territorial.

Os impactos ambientais derivados do agronegócio, somados à pressão econômica sobre os territórios tradicionais, acentuam vulnerabilidades e geram insegurança territorial, dificultando a continuidade de práticas socioculturais e produtivas essenciais para a autonomia das famílias quilombolas.

A investigação sobre políticas públicas indicou que existem marcos importantes construídos ao longo dos últimos anos, sobretudo nas áreas de segurança alimentar, educação e desenvolvimento rural. Entretanto, identificou-se uma distância significativa entre a formulação e a execução dessas políticas, dificultada pela fragmentação institucional e pela falta de continuidade administrativa.

A ausência de articulação intersetorial compromete a efetividade das ações e limita o alcance de programas essenciais para assegurar direitos e promover inclusão. Observou-se ainda que a falta de titulação definitiva dos territórios atua como um obstáculo decisivo, reduzindo o acesso das comunidades a políticas estruturantes, financiamentos públicos, programas ambientais e iniciativas de fortalecimento produtivo.

A governança territorial emergiu como elemento central para compreender tanto os desafios quanto as potencialidades identificadas. As associações quilombolas, fóruns territoriais e conselhos

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 20/02/2026 | aceito: 22/02/2026 | publicação: 24/02/2026

municipais exercem papel fundamental na defesa dos territórios e na articulação das demandas coletivas. Essas instâncias constituem espaços de diálogo e construção de estratégias de ação, apesar dos inúmeros obstáculos que enfrentam, como limitações de recursos, baixa participação de instituições governamentais e desigualdades nos processos decisórios.

A experiência de governança desenvolvida pelas comunidades mostra que há grande potencial para ampliar práticas de gestão territorial participativa, desde que exista compromisso institucional e apoio técnico contínuo.

Os resultados evidenciaram que a permanência das comunidades quilombolas no Vale do São Francisco não se restringe a uma questão física, mas envolve dimensões culturais, históricas e políticas que sustentam identidades coletivas e modos de vida específicos. A presença dessas comunidades contribui de maneira significativa para a preservação ambiental, para a diversidade sociocultural e para a produção de conhecimentos tradicionais que compõem o patrimônio imaterial da região.

Diante disso, a construção de uma agenda de desenvolvimento territorial justo para as comunidades quilombolas requer ações estruturantes e sustentáveis, que incluam o fortalecimento das economias comunitárias, a valorização de práticas agroecológicas, o incentivo à produção tradicional e o acesso pleno a programas de apoio institucional. A titulação definitiva dos territórios constitui etapa indispensável para assegurar os direitos das comunidades e garantir condições para que seus projetos coletivos avancem de forma autônoma. A efetivação dos direitos quilombolas depende da articulação entre Estado, sociedade civil e comunidades, construindo práticas que integrem desenvolvimento econômico, justiça socioambiental e reconhecimento cultural.

Assim, este artigo reforça a importância de compreender as comunidades quilombolas como protagonistas na construção de alternativas de futuro e de políticas públicas que garantam proteção territorial, dignidade e condições de vida adequadas para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Annablume, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. Quilombos contemporâneos e novas territorialidades. Manaus: UEA Edições, 2019.

GOMES, F. S. Histórias de quilombolas. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LEITE, I. B. Territórios de quilombolas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, 2010.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 20/02/2026 | aceito: 22/02/2026 | publicação: 24/02/2026

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2014.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, B. S. A difícil democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

INCRA. Relatório de Comunidades Quilombolas Certificadas. Brasília: INCRA, 2023.

IBGE. Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MDA. Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2021.

SANTOS, G. M. Quilombolas e políticas públicas. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2020.

CASTRO, E. M. R. Território e conflitos socioambientais. Belém: NAEA/UFPA, 2018.

FURTADO, A. Governança territorial no semiárido. Rev. Desenv. Meio Ambiente, v. 55, 2020.

PEREIRA, W.; SILVA, T. Agricultura familiar no semiárido. Rev. Campo-Território, v. 14, 2019.

CARNEIRO, A.; MATOS, R. Conflitos territoriais no São Francisco. Cadernos do CEAS, n. 260, 2021.

OLIVEIRA, J. P. Povos tradicionais e territorialização. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

POURRE, Carlla Brito Furlan. Modelo conceitual de instrumento de desenvolvimento econômico: aplicação à viabilidade de projetos urbanos em pequenas cidades. 2026. 280 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2026.

SILVA, M.; GOMES, D. Impactos do agronegócio no Nordeste. Rev. NERA, v. 25, 2022.

COSTA, L.; BARBOSA, J. Vulnerabilidade hídrica no semiárido. Rev. GeoNordeste, v. 32, 2023.

FREITAS, M. Justiça socioambiental. Rev. Direito e Sociedade, v. 10, 2021.

FAO. Territórios Tradicionais e Segurança Alimentar. Roma: FAO, 2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.